

Conselho de Turismo da CNC debate as mudanças impostas à aviação civil brasileira

SNA propõe unir forças para evitar um mal maior

O Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio (CNC) reuniu-se na última quarta-feira (10/6), para mais uma rodada de debates sobre as perspectivas de futuro da aviação comercial brasileira, diante as políticas neoliberais que vem sendo desenvolvidas pela ANAC para o setor. A base das discussões foi a palestra proferida ao Conselho pelo brigadeiro Allemander Pereira Filho, no dia 27/5, que apresentou um panorama da aviação comercial brasileira e as perspectivas do setor (nada promissora) para os próximos anos.

O encontro contou também com a participação da presidente do SNA, Graziella Baggio, cuja fala foi extremamente importante, levando os presentes a refletirem sobre a necessidade de ações conjuntas e objetivas que fortaleçam e tornem competitivas as empresas aéreas brasileiras, e retardem medidas prejudiciais para os setores da aviação civil e turismo - estratégicos para economia e para a soberania nacional -, permitindo assim uma discussão mais ampla, transparente e comprometida com ambos os setores. De acordo com a Presidente, essa força tarefa deveria ser urgente em virtude das decisões da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). “O que foi decidido ainda será analisado na Comissão de Constituição e Justiça do senado (CCJ), para só depois ir para a Câmara dos Deputados, portanto ainda há tempo para evitarmos o mal maior, afirmou Baggio.

Já o Brigadeiro Allemander foi sabatinado por membros do Conselho, que queriam saber mais sobre liberdade tarifária e a política de “céus Abertos” (que a ANAC tenta emplacar no Congresso Nacional) e a repercussão destas no setor da aviação comercial e do turismo - a curto, médio e longo prazo.

Quando questionado sobre a participação das empresas brasileiras no mercado internacional, a partir da implantação total da liberdade tarifária, Pereira foi contundente: “a tendência é de que as brasileiras desapareçam. Só temos uma empresa operando no mercado de longo curso e ela não tem as mesmas vantagens competitivas que as estrangeiras, como economia de rede e ganho em esc ala. Vamos ficar reféns de mercado das estrangeiras”, completou

O Brigadeiro colocou ainda que não é contra a Liberdade Tarifária, porque essa é uma tendência mundial, mas discorda veementemente da forma e da ocasião em que foi implantada. “O momento para implementação da liberdade foi o pior possível. O problema agora é convencer o governo a fazer algo para minimizar os impactos para as companhias nacionais, e ajudá-las a se tornarem mais competitivas”, ponderou Pereira

Ao ser questionado se o governo (ANAC) caminhava a passos largos para abrir os céus brasileiros, a resposta do brigadeiro foi: sim. Segundo ele, três pontos fundamentais definem a essa política: a capacidade, o preço e a propriedade da empresa (controle). “Em relação à capacidade, nós dobramos a oferta em um ano, em relação ao preço, já instituímos a liberdade tarifária e, em relação ao controle, já se discute o aumento da participação de capital estrangeiro de 20% para 49%. Oficiosamente, já estamos trabalhando Céus Abertos, e se isso prosseguir pode ser o fim da representação brasileira em céus europeus e americanos”, completou.

Ao final, ficou por ser avaliada a proposta do SNA (endossada pelo Brigadeiro Allemander) que sugere a criação de uma “Força Tarefa”, unindo diferentes segmentos do setor - empresários da aviação, turismo e trabalhadores -, para apresentarem aos parlamentares a realidade da aviação civil brasileira e o perigo de colocar os interesses nacionais nas mãos de empresas estrangeiras, que ao contrário do que imaginam alguns Senadores, só voarão em rotas domésticas que garantam lucratividade, comprometendo sensivelmente as empresas brasileiras e milhares de postos de trabalho.

